



DIREITO CIVIL

QUESTÕES

Na prova de 1ª Fase da OAB, assuntos que mais caem em **DIREITO CIVIL**

São:

**PARTE GERAL;
DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES;
DA RESPONSABILIDADE CIVIL;
DOS CONTRATOS EM GERAL;
DO DIREITO DAS COISAS.**

Abaixo, 10 questões comentadas sobre esses assuntos:

01. Jorge tem 16 anos e casou-se civilmente. Marcelo, com apenas 17 anos, é um prodígio, pois já cursa o terceiro ano do curso de graduação em medicina. Júlia, com 17 anos, já tem um emprego de sucesso como programadora em uma famosa pessoa jurídica, a ponto de receber o suficiente para se sustentar sem a ajuda de ninguém.

Diante da situação hipotética apresentada, é (são) absolutamente capaz(es):

- A) Jorge, apenas.
- B) Jorge e Júlia, apenas.
- C) Marcelo, apenas.
- D) Marcelo e Júlia, apenas.

02. A respeito dos direitos da personalidade, analise as afirmativas a seguir e assinale aquela que melhor corresponde as disposições do Código Civil e ao entendimento jurisprudencial sobre o tema:

- A) Os direitos do nascituro estão condicionados ao evento futuro que é o nascimento com vida, momento em que emergem os direitos da personalidade.
- B) O nascimento com vida é o marco inicial da personalidade jurídica da pessoa física, sendo que a partir deste momento os direitos inerentes a pessoa humana passam a ser protegidos.
- C) Os direitos do nascituro estão sob a condição resolutiva do nascimento com vida.
- D) Desde o momento da concepção, ao nascituro é reconhecida a titularidade dos direitos da personalidade.

03. Leonora e Carla, amigas de longa data, celebraram, entre si, negócio mediante o qual Leonora compromete-se a entregar a Carla, em 15/03/2024, um apartamento de 150 metros quadrados, matrícula 12345, ou uma casa de 230 metros quadrados, matrícula 678910, ao passo que Carla se compromete a, tão logo seja realizada a entrega de um dos bens, dar quitação plena e irrestrita de uma dívida líquida e já vencida de Leonora com Carla. Constatou do acordo que a escolha do bem a ser entregue caberia a Carla que, após alguma reflexão e pesquisa sobre o valor de mercado do apartamento e da casa, optou pelo apartamento, informando sua decisão a Leonora por mensagem de *whatsapp*, no dia 01/03/2024.

No entanto, no dia 8/03/2024, Leonora foi surpreendida por uma proposta de Júlio Soares para aquisição imediata do apartamento, oferecendo um preço muito vantajoso. Assim, diante da oferta irrecusável, Leonora celebra contrato de compra e venda irrevogável com Júlio Soares que, imediatamente, no dia 10/03/2023, efetuou o pagamento integral da quantia estipulada.

No dia 15/03/2024, Leonora procurou Carla para lhe entregar a casa. Carla recusa-se a receber a casa e dar a quitação prometida, exigindo a entrega do apartamento ou o equivalente, acrescido de perdas e danos.

Diante da situação hipotética narrada e da legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

- A) Considerando o negócio celebrado entre as amigas, Leonora pode escolher entregar a casa, cabendo a Carla aceitar tal escolha e dar a quitação plena e irrestrita.
- B) A recusa de Carla é lícita e legítima, pois nos termos do acordado, ela pode escolher a coisa a ser entregue, como feito, inclusive, antes do vencimento da obrigação.
- C) No caso, como subsiste a casa, Carla tem que aceitá-la, pois a mensagem por *whatsapp* não configura notificação válida.
- D) Leonora deverá entregar a casa e indenizar Carla por perdas e danos, em razão de ter impossibilitado a escolha pela credora.

04. Mévio realizou contrato de compra e venda com Tício, tendo dele adquirido um veículo Fusca, azul, 1966, pelo qual pagou à vista R\$ 20.000,00, com entrega do veículo diferida para o mês posterior. No dia determinado para a entrega do veículo, Mévio compareceu à residência de Tício, tendo sido informado que ele não era mais proprietário daquele veículo, mas que, para não perder o negócio, ofertava um *Fiat 147*, da mesma cor e ano, em ótimo estado de conservação, pelo mesmo valor. Contrariado, mas pensando em evitar o desfazimento do negócio, Mévio aceitou o



recebimento de bem diverso do contratado, visando à extinção da relação obrigacional. Assinale o tipo de extinção da relação obrigacional entabulada no enunciado.

- A) Novação.
- B) Confusão.
- C) Transação.
- D) Dação em pagamento.

05. Francisco Bento, com 13 anos de idade, sozinho envenena dois dos três cachorros de sua vizinha, Maria Anastácia, para vingança das ofensas sofridas por sua avó. O ato de Francisco resultou no falecimento dos animais, gerando uma melancolia intensa na vizinha, uma senhora de 83 anos que vive sozinha na companhia dos animais. O adolescente é órfão de pai e vive com sua mãe na casa da avó. Diante da situação hipotética narrada, com base no tema responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta.

- A) Em razão da incapacidade civil absoluta de Francisco, o eventual dano causado à idosa não gera responsabilidade civil.
- B) A mãe de Francisco tem responsabilidade subjetiva pelos danos causados pelo filho, cabendo à vítima o ônus probatório da culpabilidade.
- C) A avó e a mãe de Francisco respondem solidária e subjetivamente pelos danos causados por Francisco, devendo a vítima demonstrar a culpabilidade de todas.
- D) A mãe de Francisco, por força da autoridade parental, possui responsabilidade civil objetiva pelos eventuais danos causados pelo filho.

06. Ana permaneceu de licença remunerada por catorze dias, em decorrência de enfermidade causada por condições inadequadas no meio ambiente laboral, que gerou a redução da capacidade de trabalho para o exercício da sua função. Além disso, não recebeu auxílio da empresa para as despesas médicas e foi reabilitada para outra função, de menor padrão salarial. Diante desse quadro fático e das normas sobre responsabilidade civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Ana tem direito à indenização por dano moral resultante da lesão à saúde corporal, à reparação por dano existencial pelo prejuízo à convivência familiar e também à indenização por danos patrimoniais correspondentes às despesas com o tratamento médico, não fazendo jus à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou.

B) Ana não tem direito à indenização por dano moral, uma vez que foi devidamente reabilitada para continuar a trabalhar, mas faz jus à indenização por dano existencial em razão do prejuízo à convivência familiar, à indenização por danos patrimoniais correspondentes às despesas com o tratamento médico e à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou.

C) Ana não tem direito à indenização por dano moral, uma vez que foi devidamente reabilitada e a licença remunerada correspondeu a catorze dias, não fazendo jus à indenização pelo dano existencial por não ter sido privada do direito ao descanso, mas tem direito à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou, além do direito à indenização por danos patrimoniais correspondentes à despesa com tratamento médico.

D) Ana tem direito à reparação por dano moral resultante da lesão à saúde corporal, à indenização por danos patrimoniais correspondentes às despesas com o tratamento médico e à pensão para assegurar a integralidade da remuneração do trabalho para o qual se inabilitou, mas não faz jus à indenização por dano existencial, por sua não configuração.

07. Pedro e João firmaram um contrato objetivando a aquisição de determinados bens, os quais seriam importados por Pedro e entregues, desembaraçados, após os trâmites alfandegários. Durante as fases intermediárias do cumprimento do contrato, aconteceu um terremoto no sul da China, provocando a falta de um insumo fundamental para a produção dos bens objeto do contrato, gerando o aumento substancial do valor dos bens no mercado internacional, o que tornou o contrato muito oneroso para Pedro. Baseado no que foi narrado, podemos afirmar que:

- A) Pedro pode pedir a resolução do contrato ou a readequação, baseado na teoria da imprevisão, uma vez que este se tornou excessivamente oneroso para uma das partes e vantajoso a outra, devido a fato imprevisível.
- B) O contrato deve ser cumprido, o princípio do *pacta sunt servanda* prevalece e, uma vez estabelecidas as condições contratuais, não sendo o contrato de prestação continuada, o cumprimento contratual é obrigação das partes pactuantes.
- C) O contrato sofre de um vício oculto, o qual não é de conhecimento de quaisquer das partes, no momento da sua execução, qual seja, o desequilíbrio econômico, provocado pelo terremoto. Trata-se de evento oculto, conhecido no direito como vício redibitório e que permite a Pedro, unilateralmente, romper o contrato.
- D) O contrato, no caso, não pode ser rompido por Pedro,



sem a anuência de João. Este é um exemplo clássico de evicção de direitos, onde um acontecimento fortuito altera o contrato para uma das partes, sendo necessário que as partes acordem a melhor forma para o rompimento do contrato, com os ônus recaindo sobre a parte evicta.

08. Augusto adquiriu um imóvel de Sofonias. Cerca de quarenta dias após a compra, com o início das chuvas, Augusto descobriu que o imóvel não tinha colunas e que corria sérios riscos de desabar devido à construção antiga e precária. Ao procurar seu advogado, este analisou os detalhes do caso e constatou que se tratava de um vício redibitório. Assim sendo, Augusto foi orientado corretamente que:

- A) Augusto poderia rejeitar a coisa, mas não poderia reclamar abatimento no preço.
- B) Augusto decairia do direito de obter a redibição no prazo de trinta dias.
- C) Augusto teria o prazo decadencial de um ano para obter a redibição ou abatimento no preço, a partir do momento em que tomou ciência.
- D) Augusto poderia rejeitar a coisa ou reclamar abatimento no preço, desde que o fizesse no prazo máximo de cento e oitenta dias.

09. *Itarana Avícola e Abatedouro S.A.* celebrou contrato de alienação fiduciária de veículos automotores com o *Banco Alegre S.A.* O valor financiado deveria ser pago em 60 (sessenta) prestações mensais, mas, após o vencimento da 14ª (décima quarta) prestação, a fiduciante cessou o pagamento. Sobre a hipótese, assinale a opção que indica a providência assegurada por lei ao fiduciário.

- A) Vender os bens alienados a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, após a comprovação prévia da mora do fiduciante, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato.
- B) Requerer, independentemente de comprovação da mora, contra o fiduciante, a busca e apreensão dos bens alienados fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário.
- C) Ajuizar ação de execução para a entrega de coisa certa, pleiteando nos mesmos autos a busca e apreensão, que será deferida liminarmente, salvo na hipótese de ter sido requerida recuperação judicial pelo fiduciante.
- D) Promover, alternativamente ao pedido de busca e

apreensão dos bens, independentemente de comprovação da mora, a consolidação da propriedade perante o competente cartório de registro de títulos e documentos, desde que haja previsão expressa no contrato em cláusula em destaque.

10. Fabiano e Vitória, casados pelo regime de comunhão parcial de bens, são possuidores de boa-fé de um imóvel residencial localizado no município de Quebrangulo, AL, com área de 160 m² (cento e sessenta metros quadrados).

O proprietário do imóvel é Graciliano, que se mudou para Maceió, no início do ano de 2011, nunca mais retornando à cidade. Destaca-se que Graciliano havia hipotecado o bem dias antes de sua mudança para a capital.

No dia de ontem, o casal procurou você, como advogado(a), com o propósito de verificar uma possível usucapião, visto que residem no bem desde 2018. Com base no sistema jurídico brasileiro, assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

- A) A usucapião é forma de aquisição derivada, de modo que permanecem os ônus reais que gravavam o imóvel antes de sua declaração, não podendo ser oposta em caso de hipoteca.
- B) O casal, Fabiano e Vitória, poderá adquirir o domínio do imóvel por usucapião especial urbana, desde que demonstre a posse sem oposição, a utilização para sua moradia ou de sua família e que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- C) Em eventual falecimento do casal, os herdeiros não têm legitimidade na propositura da ação de usucapião, visto que o Código Civil impede o acréscimo da posse a dos seus antecessores, ainda que sejam contínuas e pacíficas.
- D) O sistema jurídico brasileiro inibe que um casal casado por regime da comunhão adquira um bem por usucapião, mesmo para fins de moradia, pois nesse regime devem ser partilhados apenas os bens adquiridos a título oneroso.

GABARITO COMENTADO

01. LETRA - B

Jorge, por estar casado, adquiriu capacidade civil plena (art. 5º, parágrafo único, I, do CC). Júlia, por exercer atividade econômica própria, também é considerada plenamente capaz (art. 5º, parágrafo único, V, do CC). Marcelo, apesar de intelectual prodígio, não tem causa legal que antecipe sua capacidade.

**02. LETRA - D**

Nos termos do art. 2º do Código Civil e da jurisprudência consolidada, o nascituro tem reconhecida a titularidade dos direitos da personalidade desde a concepção, garantindo proteção jurídica, especialmente em temas como vida, integridade física e moral.

03. LETRA - B

Nos termos dos arts. 252 e 256 do Código Civil, na obrigação alternativa, a escolha cabe a quem foi atribuída no contrato, e, feita a opção (antes do vencimento e devidamente comunicada), a obrigação se concentra. Assim, a recusa de Carla é legítima, pois Leonora não pode mais entregar a casa após Carla optar pelo apartamento.

04. LETRA - D

Trata-se de dação em pagamento (art. 356 do Código Civil), que ocorre quando o credor, voluntariamente, aceita bem diverso do contratado como forma de extinção da obrigação, como no caso do recebimento do Fiat 147 no lugar do Fusca.

05. LETRA - D

Nos termos do art. 932, I, do Código Civil, os pais respondem objetivamente pelos atos ilícitos dos filhos menores, em razão do poder familiar, independentemente de culpa na vigilância ou educação, cabendo indenização pelos danos causados.

06. LETRA - D

Ana tem direito à indenização por dano moral (lesão à saúde), dano material (despesas médicas) e pensão mensal para compensar a redução da capacidade laborativa, nos termos da responsabilidade civil subjetiva ou objetiva aplicável no caso. Contudo, não se configura dano existencial, pois não houve demonstração de prejuízo direto à sua vida social, familiar ou de lazer.

07. LETRA - A

Nos termos do art. 478 do Código Civil, aplica-se a teoria da imprevisão, que permite a resolução ou revisão do contrato quando, por fato extraordinário e imprevisível, ele se torna excessivamente oneroso para uma parte e extremamente vantajoso para a outra.

08. LETRA - C

Nos termos do art. 445, §1º, do Código Civil, tratando-se de bem imóvel, o prazo decadencial para pleitear redibição ou abatimento do preço é de um ano, contado do descobrimento do vício oculto.

09. LETRA - A

Nos termos do art. 2º, §2º, do Decreto-Lei 911/69, na alienação fiduciária de bens móveis, após a constituição em mora do devedor, o fiduciário tem direito à busca e apreensão do bem, que será posteriormente levado a leilão público, e não pode vender diretamente a terceiros, salvo se houver cláusula contratual específica que permita outro procedimento.

10. LETRA - B

Nos termos do art. 183 da CRFB/88 e do art. 1.240 do Código Civil, é possível o usucapião especial urbano desde que o casal possua:

- Posse mansa, pacífica e sem oposição por 5 anos;
 - Uso para moradia própria ou de sua família;
 - Não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- A existência de hipoteca não impede o usucapião, pois é direito real que se extingue com a aquisição originária da propriedade.